

RELAÇÕES ENTRE EMPATIA E ATOS INFRACIONAIS COMETIDOS POR ADOLESCENTES

FRANCIELA FÉLIX DE CARVALHO MONTE

Prof. Adjunta do Colegiado de Pedagogia da Universidade de Pernambuco *Campus Petrolina*.
Doutora em Psicologia Conitiva, franciela.monte@upe.br;

RESUMO

A empatia inclui elementos cognitivos ligados ao julgamento da situação do outro e respostas afetivas advindas desse julgamento. No Brasil, pouco se tem investigado as relações entre empatia e comportamentos delitivos. Assim, o objetivo principal deste estudo foi compreender as relações entre a empatia e a autoria de atos infracionais por adolescentes. Participaram deste estudo 120 adolescentes, de 12 a 18 anos, ambos os sexos, dos quais metade cometeu atos infracionais. Verificou-se que os níveis gerais de empatia ($t = -3.16$; $p = .002$), Consideração Empática ($t = -4.37$; $p = .002$) e Tomada de Perspectiva ($t = -2.38$; $p = .019$) foram maiores entre os adolescentes não infratores, bem como adolescentes que cometeram atos infracionais violentos mostraram-se menos empáticos ($p < ,001$). Esses resultados corroboram a hipótese de autores como Hoffman e Eisenberg de que a empatia é inibidora de condutas que provoquem dano e sofrimento ao outro e apontam caminhos para a intervenção no sistema educacional.

Palavras-chave: Empatia, Atos infracionais, Adolescência.

INTRODUÇÃO

Hoffman (1987) define a empatia como a capacidade cognitiva de uma pessoa para colocar-se no lugar do outro (*role-taking*), e, a partir da inferência do sentimento alheio, dar uma resposta afetiva mais adequada para a situação do outro do que para sua própria situação. Baseando-se no desenvolvimento das habilidades cognitivas de diferenciação self-outro e na motivação altruísta que, segundo este autor, é inerente à empatia, ele diferencia entre dois afetos empáticos básicos, dos quais muitos outros podem ser derivados: a angústia empática (*empathic distress*) e a angústia simpática (*sympathic distress*).

A angústia empática pode ser definida como reações de incômodo, desconforto ou angústia experienciadas no self diante da percepção do sofrimento de outras pessoas (HOFFMAN, 1987). A angústia simpática, por sua vez, refere-se aos sentimentos de piedade ou compaixão direcionados à pessoa que se julga estar em sofrimento. Além disso, diz respeito à mobilização afetiva no sentido de aliviar a angústia do outro (HOFFMAN, 1987). É justamente esta característica que diferencia a angústia empática da angústia simpática, pois, enquanto que a primeira está claramente centrada no self, a segunda é direcionada ao outro, estando iminentemente ligada aos comportamentos pró-sociais.

Ressalva-se que a transformação da angústia empática na angústia simpática está relacionada ao desenvolvimento do sentido cognitivo do outro e, conseqüentemente, depende da transferência de parte dos afetos empaticamente sentidos no self (angústia empática) para a imagem do outro – angústia simpática (CAMINO, 2009; GALVÃO, 2010).

Um ponto relevante a ser destacado é o de que a empatia pode ser avaliada como um constructo multidimensional composto por dimensões afetivas e cognitivas (BRYANT, 1982; DAVIS, 1983; EISENBERG; MILLER, 1987; HOFFMAN, 1987, 2000). Portanto, inclui elementos cognitivos ligados à percepção e julgamento da situação do outro, de onde advêm respostas afetivas ligadas a esta situação. Estas respostas afetivas, por sua vez, têm sido apontadas como motivadoras de comportamentos altruístas (DAVIS, 1983; EISENBERG; MILLER, 1987; EISENBERG; LIEW, 2009; PILIAVIN; DOVIDIO; GAERTNER; CLARK, 1981; STRAYER; EISENBERG, 1987) no sentido de que podem impulsionar o sujeito a agir em prol do outro, através do engajamento em comportamentos de ajuda.

Hoffman (2000) acredita que a empatia é uma das habilidades que suportam o desenvolvimento da moralidade, podendo levar os indivíduos de um ponto focado no auto interesse até a adesão a princípios universais de justiça e cuidado. Para ele, a capacidade de empatizar com vítimas potenciais, de imaginar como suas próprias ações podem ter impactos sobre os outros é um componente essencial da tomada de decisão e ação dirigida ao outro.

Ainda no que se refere às relações entre empatia e comportamento pró-social, Hoffman (2000) argumenta que embora a angústia simpática aparente uma relação mais provável com comportamentos de ajuda, a angústia empática também pode ser fonte de comportamentos pró-sociais, ainda que o objetivo último do sujeito, nestes casos, seja o de aliviar seu próprio sofrimento. Quanto a este ponto, alguns estudos corroboram a hipótese de que a angústia simpática esteja relacionada ao comportamento de ajuda (BASIL; HIDGWAY; BASIL, 2008; EISENBERG ET AL., 1987; EISENBERG; ZHOU; KOLLER, 2001). Por outro lado, a angústia empática parece mais ligada a comportamentos de fuga da situação (BATSON; DUNCAN; ACKERMAN; BUCKLEY; BIRCH, 1981).

Batson et al., (1981), por exemplo, conduziram um estudo experimental no qual 44 estudantes universitárias deveriam observar outra aluna receber choques elétricos. Dizia-se a estas universitárias que elas poderiam ajudar a aluna que recebia os choques, no entanto, elas mesmas receberiam os choques restantes. Os pesquisadores definiram um delineamento experimental 2 x 2 em que se controlou o nível de empatia dos sujeitos (alto ou baixo) e a facilidade para escapar da situação (alta ou baixa). Verificou-se que quando a empatia era alta, a frequência com que se ajudava também era alta, independente da facilidade ou não de fugir da situação. No entanto, quando a empatia era baixa, a frequência do comportamento de ajuda era alta apenas quando havia baixa facilidade para fugir da situação.

Basil et al. (2008), por sua vez, realizaram um experimento com 1049 norte-americanos adultos de classe média de ambos os sexos que investigava os efeitos da empatia e da auto eficácia sobre o comportamento de doação para caridade (comportamento pró-social). Os resultados mostraram que a empatia prediz significativamente a intenção de doar, mesmo quando as pessoas se julgavam ineficientes para fazê-lo.

Eisenberg et al. (1987) realizaram um estudo longitudinal com dois grupos de crianças (9 a 10 e de 11 a 12 anos), acompanhados por sete anos. Buscava-se investigar as relações entre julgamento moral, empatia

e comportamento pró-social, este último medido a partir de respostas a dilemas morais. Os principais resultados indicaram que a empatia está relacionada positivamente com os julgamentos morais orientados para as necessidades dos outros e com um maior nível de raciocínio pró-social; por outro lado, poucos sujeitos com altos níveis de empatia apresentaram raciocínio hedonista (preocupado com seus interesses pessoais).

No Brasil, destaca-se o trabalho de Eisenberg et al. (2001) com 149 adolescentes brasileiros. Estes pesquisadores buscaram verificar as relações entre empatia e comportamento pró-social e observaram que participantes que mostravam altos índices de comportamento pró-social também tinham graus elevados de tomada de perspectiva e de empatia.

Ressalva-se que estes dois estudos avaliaram o comportamento pró-social a partir de instrumentos que têm por base situações hipotéticas a partir da qual o indivíduo deve responder que comportamento teria naquela situação. Pavarino, Del Prette e Del Prette (2005), por outro lado, conduziram um estudo com 28 crianças brasileiras, com idades entre quatro e seis anos, de ambos os sexos. O estudo buscava verificar as relações entre empatia e comportamentos agressivos. As interações entre as crianças foram videografadas, com registro posterior da frequência dos diferentes tipos de comportamentos empáticos e agressivos. Os resultados não confirmaram as relações entre as duas variáveis, embora a literatura tenha apontado para esta relação (BJOERKQVIST; OESTERMAN, 2000; GARCIA, 2001).

Diante desses achados empíricos que apontam para a influência da empatia sobre o comportamento moral pró-social, nota-se que grande parte dos estudos utiliza medidas de comportamento pró-social baseadas restritamente em dilemas hipotéticos sobre como agir diante de determinadas situações, com exceção do trabalho de Batson et al. (1981) e Pavarino et al. (2005).

Além disso, no cenário brasileiro tem-se preocupado em verificar empiricamente como a empatia se relaciona com comportamentos pró-sociais ou de ajuda, mas não se tem dado a mesma ênfase na investigação das relações entre empatia e comportamentos ditos delitivos tais como os atos infracionais cometidos por adolescentes.

Por Ato Infracional (AI) entendem-se todas aquelas condutas descritas como crime ou contravenção penal na legislação penal quando praticadas por crianças e adolescentes (artigo 103 do ECA, BRASIL, 1990), considerando adolescentes aqueles sujeitos com idades entre 12 e 18 anos. Esta problemática tem preocupado a academia e sociedade civil em geral, especialmente

quando se observa o aumento do número de casos relatados pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (BRASIL, 2011). Pernambuco é apontado como o segundo estado com maior frequência desse tipo de ocorrência (BRASIL, 2011), inclusive com altos índices de reincidência, relatados em 38% no interior do estado (MONTE; SAMPAIO, 2012).

Endossando os argumentos acima apresentados, reitera-se a existência de raros trabalhos em que a empatia tenha sido investigada em amostras de adolescentes autores de atos infracionais, o que aponta para a necessidade de estudos dessa natureza, tendo em vista as considerações teóricas e empíricas tecidas.

Assim sendo, o objetivo principal deste estudo foi comparar os índices de empatia de adolescentes que cometeram atos infracionais e de uma amostra sem registro de infrações. Ademais, buscou-se verificar as relações entre a empatia, os atos infracionais e variáveis sociodemográficas como sexo, idade, renda e escolaridade, além de examinar se os níveis de empatia e suas dimensões diferem entre sujeitos que cometeram ato infracional violento e não violento.

METODOLOGIA

Participantes

Participaram deste estudo 120 adolescentes, de ambos os sexos, com idades entre 12 e 18 anos ($M = 15.03$; $sd = 1.537$) no estado do Pernambuco. Destes, 60 integraram o Grupo I, composto por adolescentes autores de atos infracionais e em cumprimento de medida socioeducativa de internação provisória. Os outros 60 - Grupo II - foi composto por adolescentes que declararam nunca ter cometido qualquer ato infracional ou cumprido medida socioeducativa e que frequentam escolas da rede estadual de ensino.

Para fins dessa pesquisa, foram selecionados adolescentes autores de atos infracionais que foram apanhados em flagrante e que estavam na unidade socioeducativa por um período máximo de 30 dias, tentando evitar o efeito do tempo de internamento sobre a variável de interesse.

Instrumentos

Todos os adolescentes responderam a um questionário socioeconômico. Para investigar os níveis de empatia, a utilizou-se o Interpersonal Reactivity

Index - IRI de Davis (1983), especificamente a versão validada por Sampaio, Guimarães, Camino, Formiga e Menezes (2011) e denominada Escala de Reatividade Interpessoal (EMRI). Por meio desta escala o respondente deve indicar seu grau de concordância com 26 afirmativas propostas, as quais avaliam quatro dimensões da empatia: Angústia Pessoal, Consideração Empática, Tomada de Perspectiva e Fantasia, sendo as duas primeiras consideradas dimensões afetivas da empatia e as duas últimas como dimensões cognitivas.

Davis (1983) define a Angústia Pessoas (personal distress) enquanto sensação subjetiva de incômodo ou ansiedade produzidas no self quando o indivíduo se depara com situações inesperadas. Dessa forma, as reações afetivas medidas pela subescala de personal distress são correspondentes ao que Hoffman (1987) denominou de empathic distress (DAVIS, 1983). Por outro lado, as reações definidas por Davis (1983) como empathic concern (sensações de preocupação e incômodo dirigidos a aliviar o sofrimento e angústia alheia) correspondem àquelas que Hoffman (1987) denominou de sympathetic distress.

No que se refere às dimensões cognitivas da escala de Davis (1983), a subescala de role-taking (tomada de perspectiva) refere-se à capacidade do sujeito para se colocar lugar do outro e inferir o que ele pensa e sente. Quanto à subescala fantasy (fantasia), diz respeito à capacidade do sujeito em colocar-se no lugar de um “outro” sabidamente fictício – um personagem de quadrinhos, filme ou novela, por exemplo.

Por fim, os prontuários institucionais dos adolescentes autores de atos infracionais foram consultados como fonte de dados referentes ao tipo de ato infracional cometido.

Procedimentos

As entrevistas dos adolescentes autores de atos infracionais aconteceram nas próprias unidades socioeducativas logo após autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco, dos gestores das unidades e da Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição Judiciária. Inicialmente, a pesquisadora preencheu o questionário socioeconômico a partir das respostas dos adolescentes. Em seguida, foi aplicada a escala para mensuração da empatia (EMRI). Ressalva-se que, considerando o nível de escolaridade dos participantes, já apontado como baixo

em pesquisas anteriores (MONTE, 2016; TEIXEIRA, 2005), todos os itens da escala foram lidos em conjunto pela entrevistadora e o adolescente.

Exatamente os mesmos procedimentos foram seguidos na coleta de dados entre os adolescentes que não cometeram atos infracionais. Além disso, todos os procedimentos adotados atendem aos princípios éticos previstos pelo Conselho Nacional de Saúde (Resolução 466/2012), conforme aprovação pelo Comitê de Ética da Universidade de Pernambuco – UPE.

Análise dos dados

Os dados do EMRI e do questionário socioeconômico foram tabulados, organizados e analisados através do programa SPSS (*Statistical Package for Social*

Sciences, 18.0). Os Atos Infracionais (AIs) cometidos pelos adolescentes foram classificados quanto ao nível de gravidade, considerando o critério de provocar Dano ao Outro (consumado ou potencial), por três juízes independentes (níveis de concordância serão apresentados na seção que trata dos resultados). Além disso, os AIs foram classificados como violentos e não violentos, conforme tipologia adotada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (2006).

Para caracterização do perfil dos participantes (dados socioeconômicos) foram utilizadas técnicas de estatística descritiva (medidas de tendência central e de dispersão). As demais análises foram realizadas a partir da comparação dos níveis de Empatia e das quatro subescalas da EMRI entre os grupos (adolescentes autores de atos infracionais e não infratores), dentro do grupo dos adolescentes que cometeram atos infracionais (violentos e não violentos) e comparando os escores de empatia com as variáveis socioeconômicas de interesse, através de testes de hipóteses, análise de variância e coeficientes de correlação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização dos participantes e atos infracionais cometidos

Os grupos I (autores de atos infracionais) e II (não infratores) foram emparelhados quanto ao sexo ($\chi^2 = 0.000$; $df = 1$; $p = 1.000$), idade [Grupo I ($M=15.42$; $sd=1.453$), Grupo II ($M=15.18$; $sd=1.621$), $z = 0.574$; $p = .565$],

renda [Grupo I (M=2.37; sd=0.551), Grupo II (M=2.33; sd=0.475), $z = 0.128$; $p = .898$] e escolaridade [Grupo I (M=641.67; sd=388.845), Grupo II (M=658.33; sd=399.196), $z = 0.218$; $p = .827$].

Os adolescentes que cometeram Atos Infracionais foram acusados de 13 diferentes tipos de conduta ilegal, aqui descritas exatamente conforme constam nos prontuários institucionais: uma ocorrência de Ameaça; uma de Ameaça à comunidade para manter território de tráfico; uma de Estelionato (uso de documentos falsos); três de Formação de quadrilha; cinco de Homicídio por motivo torpe e fútil; duas de Latrocínio (roubo seguido de morte); cinco de Lesão Corporal Grave; dez de Porte ilegal de arma e munição; duas de Receptação de produto roubado; nove de Roubo; oito de Roubo com agravante (uso de arma de fogo e/ou grave ameaça à integridade física); cinco de Tentativa de Homicídio; 36 de Tráfico de drogas. Destaca-se que alguns adolescentes eram acusados de dois ou mais Atos Infracionais, concomitantemente.

Tendo em vista os objetivos dessa pesquisa, dois juízes especialistas trabalharam independentemente na classificação dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes quanto à sua gravidade, considerando o critério “DANO AO OUTRO”. Inicialmente, os dois juízes especialistas classificaram os 13 tipos de atos infracionais cometidos pelos adolescentes em um ranking de oito posições, sendo 1 atribuído aos AIs menos graves (estelionato, receptação de produto roubado) e 8 àqueles considerados pelos juízes como mais graves (homicídio por motivo torpe e fútil e latrocínio, por exemplo).

No que se refere à classificação de cada tipo, os dois juízes concordaram em nove dos 13 atos infracionais (69,23%), ressaltando-se que em todos os outros quatro casos onde houve discordância, essa discordância foi sempre de um nível no ranking, ou seja, se um juiz atribuiu gravidade cinco a um ato infracional, o outro atribuiu o escore quatro ou seis ao mesmo AI. Nesses casos, um terceiro juiz especialista definiu o escore a ser atribuído.

Outra classificação dos Atos Infracionais foi procedida em função da diferença entre crimes violentos e não violentos. São considerados crimes violentos aqueles que colocam em risco real ou iminente a vida de uma ou mais pessoas. Enquanto isso, os crimes não violentos são aqueles que, por sua própria definição, não oferecem riscos imediatos ao sujeito/vítima, à exemplo da receptação de produtos roubados (Ministério da Justiça, 2006).

Partindo dessas classificações, análises iniciais mostraram que os participantes do sexo feminino e masculino não diferiram quanto à gravidade do

ato infracional cometido ($z = -1.041$; $p = .298$). Também não houve relação entre a gravidade dos AIs e a idade ($r_s = -.062$; $p = .636$), renda familiar ($r_s = .123$; $p = .351$) e escolaridade dos participantes ($r_s = -.086$; $p = .515$). O Kruskal Wallis confirma não haver diferença entre os grupos de escolaridade (Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio) quanto à gravidade dos atos infracionais cometidos ($\chi^2 = 0.483$; $df = 2$; $p = .785$).

Quando os grupos de adolescentes autores de atos infracionais violentos ($n=29$) e não violentos ($n=31$) foram comparados, percebeu-se que não houve diferença quanto à idade ($z = -0.879$; $p = .379$), renda ($z = -0.671$; $p = .503$), sexo ($\chi^2 = 1.641$; $df = 1$; $p = .200$) ou escolaridade ($\chi^2 = 1.749$; $df = 2$; $p = .417$).

Atos Infracionais e Empatia

Inicialmente, procedeu-se a análise de fidedignidade do EMRI (Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal) através do *Alpha* de Cronbach. O EMRI apresentou excelente índice de fidedignidade ($\alpha = .901$). A subescala Consideração Empática (CE) obteve um *alpha* de .808 e a subescala Angústia Pessoal (AP) obteve um *alpha* de .768, considerados satisfatórios (BISQUERA; SARRIERA; MARTINEZ, 2004). As subescalas de Tomada de Perspectiva (TP) e Fantasia (FA), por sua vez, obtiveram alphas de .697 e .670, pouco abaixo do esperado (.70).

Quanto ao sexo dos participantes, a Tabela 1 mostra a diferença entre os escores obtidos por homens e mulheres, tendo as últimas pontuado mais em todas as dimensões da empatia.

Tabela 1 - Comparação dos níveis gerais de empatia e suas subescalas em função do sexo do participante

Variáveis	Feminino (N=60)		Masculino (N=60)		Teste T de Student	
	Média	DP	Média	DP	t	p
Empatia	88.45	21.153	75.52	16.381	-3.16	.002
CE	26.60	6.667	22.86	6.274	-4.37	.002
AP	20.70	6.031	19.15	5.195	-1.51	.134
TP	20.23	5.742	17.92	4.892	-2.38	.019
FA	20.92	5.974	19.58	5.332	-3.23	.001

Nota: CE – Consideração Empática; AP = Angústia Empática; TP = Tomada de Perspectiva; FA = Fantasia.

Fonte: elaborada pela autora

No que se refere à idade dos participantes, não houve qualquer correlação entre esta variável e os níveis gerais de empatia ou de qualquer uma das subescalas da EMRI, quando analisadas por meio do coeficiente de correlações de Spearman ($p > .05$). Ademais, também não houve correlação entre os níveis de escolaridade e os níveis gerais de empatia ou qualquer uma das subescalas da EMRI ($p > .05$).

Quanto às correlações entre as subescalas do EMRI e os escores gerais de empatia, o Teste de correlação de Pearson mostra que houve correlações de moderadas a altas entre todas as subescalas e entre as subescalas e o EMRI, conforme pode ser observado na Tabela 2 ($p < .001$).

Tabela 2 - Coeficiente de correlação de Pearson entre as subescalas de empatia

	1	2	3	4	5
1. Nível Geral de Empatia	-	.88	.79	.81	.82
2. Consideração Empática	.88	-	.61	.66	.59
3. Angústia Pessoal	.79	.61	-	.49	.55
4. Tomada de Perspectiva	.81	.66	.49	-	.56
5. Fantasia	.82	.59	.55	.56	-

Fonte: elaborada pela autora

Quanto à comparação entre o grupo I e II (aqueles que cometeram e aqueles que não cometeram atos infracionais) no que se refere aos níveis gerais de empatia e de seus componentes, o grupo de não infratores obteve maiores índices gerais de empatia [Grupo I ($M=78.95$; $sd= 22.931$) e Grupo II ($M=87.02$; $sd= 14.756$) $t = -2.29$; $p = .024$], de Consideração Empática [Grupo I ($M = 23.53$; $sd= 7.674$) e Grupo II ($M = 25.93$; $sd=5.377$) $t = -1.98$; $p = .050$] e Tomada de Perspectiva [Grupo I ($M= 17.32$; $sd=5.962$) e Grupo II ($M=20.83$; $sd=4.215$) $t = -3.73$; $p < .001$] que o grupo dos adolescentes que cometeram atos infracionais. Quanto aos escores de Angústia Pessoal ($t = - 0.30$; $p = .761$) e Fantasia ($t = -1.72$; $p = .087$), não houve diferença estatística significativa nas pontuações dos dois grupos.

Referente à gravidade do Ato Infracional, o coeficiente de correlação de Spearman sugere que quanto mais grave o ato cometido, menor os níveis gerais de Empatia ($rs = -.570$; $p < .001$), de Consideração Empática ($rs = -.505$; $p < .001$) de Angústia Pessoal ($rs = -.527$; $p < .001$), de Tomada de Perspectiva ($rs = -.505$; $p < .001$) e de Fantasia ($rs = -.429$; $p < .001$) e vice-versa.

Por fim, quando se compara os grupos que cometeram atos infracionais violentos e não violentos, percebe-se que estes últimos pontuam mais alto quanto à Empatia Geral [Violento ($M=62.59$; $sd=12.869$) e Não violento ($M=94.26$; $sd=19.456$), $t = -7.383$; $p < .001$], Consideração Empática [Violento ($M=18.38$; $sd=5.747$) e Não violento ($M=28.35$; $sd=5.942$), $t = -6.602$; $p < .001$], Angústia Pessoal [Violento ($M=15.59$; $sd=4.516$) e Não Violento ($M=23.68$; $sd=6.101$), $t = -5.806$; $p < .001$], Tomada de Perspectiva [Violento ($M=13.79$; $sd=3.774$) e Não Violento ($M=20.61$; $sd=5.777$), $t = 5.373$; $p < .001$] e Fantasia [Violento ($M=14.83$; $sd=4.027$) e Não Violento ($M=21.61$; $sd=6.786$), $t = -4.669$; $p < .001$]. Destaca-se que não houve diferença estatística significativa nas médias de nenhuma dimensão da empatia quanto ao adolescente ser ou não reincidente na prática de AI ($p < .001$).

Faz-se necessário apontar a diferença nos escores de empatia em função do sexo do participante, tendo as mulheres obtido maiores escores em todas as dimensões da empatia (cognitivas e afetivas) que os participantes do sexo masculino, em conformidade outros estudos (BRYANT, 1987; SAMPAIO; MONTE, CAMINO; ROAZZI, 2008; STRAYER, 1987; STRAYER; EISENBERG, 1987).

Considerando que foi utilizada uma medida de autorrelato, entende-se que a desajustabilidade social pode ter influenciado as mulheres a se descreverem como mais empáticas, uma vez que na cultura brasileira as meninas são mais encorajadas a demonstrar seus sentimentos em relação aos outros, a ser mais preocupadas e mais acolhedoras do sofrimento alheio que os meninos (STRAYER; EISENBERG, 1987).

Quanto às relações entre empatia e Atos Infracionais, nota-se que o grupo de adolescentes que não cometeu atos infracionais obteve Índices Gerais de Empatia mais altos que o de adolescentes que cometeram atos infracionais. O mesmo ocorreu com a dimensão cognitiva Tomada de Perspectiva e com a dimensão afetiva Consideração Empática.

Davis (1983) define a Tomada de Perspectiva como a capacidade do sujeito de imaginar-se na situação do outro. Hoffman (1987, 2000), por sua vez, acredita que esta é uma habilidade cognitiva necessária ao desenvolvimento da empatia e da motivação pró-social da empatia. Assim sendo, entende-se que menores índices de Tomada de Perspectiva mostram que o sujeito é menos habilitado a imaginar-se na situação do outro e a dimensionar os impactos e sofrimento de suas atitudes diante da outra pessoa.

Além disso, sugere-se que níveis mais baixos de tomada de perspectiva estejam relacionados a uma maior centração nos próprios interesses

e desejos, o que poderia comprometer a capacidade de engajamento nas dinâmicas interpessoais que regulam a moralidade e a vida em sociedade.

A Consideração Empática, por sua vez, mobiliza o sujeito a querer ajudar alguém em perigo real ou imaginário (DAVIS, 1983). Entende-se que esta ressonância afetiva funciona como uma espécie de inibidor de condutas que possam colocar outra pessoa em perigo real ou iminente, como os resultados desta pesquisa sugerem, uma vez que o próprio sujeito se compadece da vítima em potencial.

Del Prette e Del Prette (2003) discutem que o dano intencional dirigido ao outro é um comportamento resultado de déficits na capacidade empática do sujeito, o que o torna incapaz de se sensibilizar com as emoções de medo, dor ou angústia desse outro. Alguns outros estudos também apontam relações entre baixos índices de empatia e comportamentos agressivos ou violentos contra outras pessoas (BJOERKQVIST; OESTERMAN, 2000; ESCRIVÁ; GARCIA; NAVARRO, 2002; GARCIA, 2001; PAVARINO, ET AL., 2005).

No mesmo sentido, observou-se nesta pesquisa que quanto maior a gravidade do ato infracional cometido, ou seja, quanto maior o grau de dano ao outro, menores os níveis em todas as dimensões da empatia ou vice-versa. Ademais, os adolescentes que cometeram atos infracionais não violentos pontuam mais que os que cometeram atos infracionais violentos em todas as dimensões da empatia, inclusive na dimensão angústia pessoal, ou seja, haveria nesses sujeitos uma menor capacidade de sensibilização/mobilização do self quando os mesmos imaginam ou veem alguém em situação de sofrimento, injustiça ou infortúnio.

Estes achados estão de acordo com os argumentos de que a empatia não apenas se relaciona com a motivação de comportamentos pró-sociais (Basil et al., 2008; Batson et al., 1981; Eisenberg & Miller, 1987; Eisenber et al., 2001; Eisenberg & Lennon, 1983; Pederson, 2009), como também se relaciona negativamente com comportamentos que provocam prejuízo, dano e sofrimento ao outro, especialmente nos casos que envolvem a possibilidade de colocar em risco a vida de outra pessoa, direta ou indiretamente, a exemplo dos atos infracionais violentos.

Do mesmo modo, destaca-se que não somente as dimensões afetivas, como também dimensões cognitivas, em especial a Tomada de Perspectiva, parecem contribuir para a não ocorrência de atos infracionais que prejudicam outras pessoas, corroborando o argumento de que ser capaz de colocar-se no lugar de outro, antecipar seu sofrimento, dor ou angústia pode habilitar o

sujeito a não agir na direção de provocar esse sofrimento ou na direção de aliviar-lo quando já instaurado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, vale notar que embora não se possa dizer que menores níveis de empatia causem atos infracionais, devido ao desenho correlacional deste estudo, pode-se dizer que esses dois constructos estão intimamente relacionados. Assim sendo, acredita-se que uma das principais consequências desta pesquisa é exatamente apontar um caminho possível de enfrentamento da criminalidade entre adolescentes. Sabe-se que é possível intervir no sentido de promover o desenvolvimento da empatia (Galvão, 2010; Rosa Filho & Sampaio, 2011) e este estudo mostra que este constructo está relacionado negativamente com a prática de atos infracionais por adolescentes.

Portanto, estes resultados podem respaldar programas educativos preventivos nas escolas e programas interventivos nas unidades socioeducativas que atendem aos adolescentes autores de atos infracionais, no intuito de evitar a incidência e reincidência de atos infracionais por esta população.

Vale ressaltar que este constructo não somente está relacionada negativamente com o cometimento de atos infracionais, como também tem sido associada nessa direção a outros comportamentos agressivos e de isolamento social (Pavarino, Del Prette; Del Prette, 2004; Richardson, Hammock, Smith, Gardner; Signo, 1994), transtornos psicológicos (Beck, Freeman & Davis, 2005; Decety & Jackson, 2004) e insatisfação conjugal (Brems, Fromme & Johnson, 1992; Sardinha, Falcone & Ferreira, 2009), por exemplo.

Deste modo, entende-se que um modelo interventivo pedagógico baseado tanto em aspectos cognitivos quanto em aspectos afetivos, sensibilizando o sujeito à situação alheia, pode ser uma ferramenta disponível (Bolsoni-Silva, Leme, Lima, Costa-Júnior & Correia, 2009; Falcone, 1999; Rodrigues & Silva, 2012; Rodrigues, Peron, Cornélio & Franco, 2014) e potencialmente importante para o enfrentamento da problemática da criminalidade entre jovens, tarefa urgente e imprescindível.

Vale ressaltar que a autoria de ato infracional é uma variável relacionada a como os sujeitos se relacionam como as normas de sua sociedade. Desse modo, a empatia parece contribuir com a adesão a regras socialmente compartilhadas que buscam garantir o bem-estar de cada indivíduo, constituindo um importante motivador da moralidade. Assim, aponta-se a

necessidade de estudos que verifiquem empiricamente possíveis relações entre empatia, raciocínio/julgamento moral e o cometimento de atos infracionais por adolescentes.

Destaca-se, ainda, que a amostra entrevistada não contemplou adolescentes que cometeram alguns tipos de atos infracionais hediondos como estupro e sequestro. Os adolescentes que cometem esse tipo de crime, em geral, ficam em alas/pavilhões isoladas dos demais nas unidades socioeducativas, não participam de todas as atividades institucionais e, portanto, a direção das unidades não se mostraram favoráveis à participação destes internos na pesquisa. Assim sendo, entende-se que estudos posteriores podem tentar exatamente entrevistar adolescentes que cometeram esses tipos de AI, inclusive comparando com aqueles que cometem crimes menos graves, como receptação de produto roubado e estelionato, dentre outros.

Salienta-se, ainda, as associações entre os aspectos cognitivos e afetivos da empatia contribuem com a discussão sobre as relações entre cognição e afetividade, aspectos estes que por muitas décadas foram estudados de forma dissociada no que diz respeito ao domínio do desenvolvimento socio-moral (La Taille, 2006).

Em suma, espera-se que estes resultados possam contribuir com o estudo da empatia e, especificamente, com a discussão e enfrentamento da problemática da autoria de atos infracionais cometidos por adolescentes. Este problema parece ter se intensificado nos últimos anos, assolando a sociedade brasileira e trazendo prejuízos de todas as espécies não somente para as vítimas, mas também e especialmente para o próprio adolescente, condenado à marginalização social sem a garantia dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro.

REFERÊNCIAS

BASIL, D. Z., HIDGWAY, N. M., BASIL, M. D. Guilt and givin: a process model of Empathy and Efficacy. **Psychology & Marketing**, 25, 1, 2008, 1–23. doi: 10.1002/mar.20200

BATSON, C. D., DUNCAN, B., ACKERMAN, P., BUCKLEY, T., BIRCH, K. Is empathic emotion a source of altruistic motivation? **Journal of Personality and Social Psychology**, 40(2), 1981, 290-302. doi: 10.1037/0022-3514.40.2.290.

BECK, A.T.; FREEMAN, A.; DAVIS, D.D. **Terapia cognitiva dos transtornos de personalidade**. (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed, 2005.

BISQUERA, R., SARRIERA, J. C., MARTINEZ, F. **Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BJOERKQVIST, K., OESTERMAN, K. Social intelligence – empathy = aggression? **Aggression and Violent Behavior**, 5, 191-200, 2000.. doi: 10.1016/S1359-1789(98)00029-9

BOLSONI-SILVA, A. T., LEME, V. B. R., LIMA, A. M. A., COSTA-JÚNIOR, F. M.; CORREIA, M. R. G. Avaliação de um Treinamento de Habilidades Sociais (THS) com universitários e recém-formados. **Interação em Psicologia**, 13(2), 241-251, 2009. doi: 10.5380/psi.v13i2.13597

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Formação de Pessoal em Segurança Pública. **Análise das Ocorrências Registradas pelas Polícias Civis (Janeiro de 2004 a Dezembro de 2005)**, 2006. Disponível: <http://www.ospba.org/wp-content/uploads/2012/04/An%C3%A1lise-das-Ocorr%C3%Aancias-Registradas-pelas-Pol%C3%ADcias-Civis-Janeiro-de-2004-a-Dezembro-de-2005-SENASP1.pdf>

BRASIL. Secretaria dos Direitos Humanos. **Levantamento Nacional Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei – 2010**, 2011. Disponível: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/SinaseLevantamento2010.pdf>

BREMS, C.; FROMME, D. K.; JOHNSON, M. E. Group modification of empathic verbalization and self-disclosure. **The journal of social psychology**, 132, 189-200, 1992. doi 10.1080/00224545.1992.9922971

BRYANT, B. K. An index of empathy for children and adolescent. **Child Development**, 53, 413-425, 1982. doi: 10.2307/1128984

BRYANT, B. K. Critique of comparable questionnaire methods in use to access empathy in children and adults. In N. EISENBERG; J. STRAYER (Eds.), **Empathy and its development** (pp. 361-373). New York: Cambridge University Press, 1987

CAMINO, C. P. S. A empatia na psicologia do desenvolvimento humana. In: M. R. SOUZA; F. C. S. LEMOS (Orgs.) **Psicologia e Compromisso Social: unidade na diversidade.** (pp. 57-73) São Paulo: Escuta, 2009.

DAVIS, M. H. Measuring individual differences in empathy: evidence for a multidimensional approach. **Journal of Personality and Social Psychology**, 44, 113-136, 1983. doi: 10.1037/0022-3514.44.1.113

DECETY, J.; JACKSON, P. L. The functional architecture of human empathy. **Behavioral and Cognitive Neuroscience Review**, n. 3, v.2, 71-100, 2004. doi: 10.1177/1534582304267187

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. Aprendizagem socioemocional na infância e prevenção da violência: Questões conceituais e metodologia da intervenção. In A. DEL PRETTE; Z. A. P. DEL PRETTE (Orgs.). **Habilidades Sociais, Desenvolvimento e Aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção** (pp. 83-128). Campinas: Alínea, 2003.

EISENBERG, N.; LENNON, R. Sex differences in empathy and related capacities. **Psychological Bulletin**, 94, 100-131, 1983.

EISENBERG, N.; LIEW, J. Empathy. In: R. A. SHWEDER, T. R. BIDELELL, A. C. DAILEY, S. D. DIXON, P. J. MILLER; J. MODELL (Eds.), **The child: An encyclopedia companion** (pp. 316-318). Chicago, IL: University of Chicago Press, 2009.

EISENBERG, N.; MILLER, P. A. Empathy, sympathy, and altruism: empirical and conceptual links. In: N. EISENBERG; J. STRAYER (Orgs.), **Empathy and its development.** (pp. 292-360). New York: Cambridge University Press, 1987.

EISENBERG, N., SHELL, R., PASTERNAK, J., LENNON, R., BELLER, R.; MATHY, R. M. Prosocial development in middle childhood: a longitudinal study. **Developmental Psychology**, 23(5), 712-718, 1987. doi: 10.1037//0012-1649.23.5.712

EISENBERG, N., ZHOU, O.; KOLLER, S. Brazilian adolescents' prosocial moral judgement and behavior: relations to sympathy, perspective taking, gender-role orientation and demographic characteristics. **Child Development**, 72(2), 518-534, 2001. doi: 10.1111/1467-8624.00294

ESCRIVÁ, V. M., NAVARRO, M. D. F.; GARCIA, P. S. (2004). La medida de la empatía: análisis del interpersonal reactivity index. **Psicothema**, 16(2), 255-260. Disponível: <http://www.psicothema.com/pdf/1191.pdf>

FALCONE, E. M. R. Avaliação de um programa de treinamento da empatia com universitários. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**. 1(1), 1999, 23-32. Disponível: <http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/267/207>

GALVÃO, L. K de S. **Desenvolvimento moral e empatia: medidas, correlatos e intervenções educacionais**. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 2010.

GARCIA, F. A. **Investigando diferentes indicadores de empatia em meninos e sua relação com a empatia e ações educativas dos pais**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto-SP, 2001.

HOFFMAN, M. The contribution of empathy to justice and moral judgement. In: N. EISENBERG; J. STRAYER (Orgs.), **Empathy and its development** (pp. 47-79). New York: Cambridge University Press, 1987.

HOFFMAN, M. **Empathy and moral development: implications of caring and justice**. New York: Cambridge University Press, 2000.

LA TAILLE, Y. **Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília - DF: Câmara dos Deputados, 1990. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

MONTE, F. C.; SAMPAIO, L. R. Práticas pedagógicas e moralidade em unidade de internamento de adolescentes autores de atos infracionais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. 25(2), 2012, 368-377.

MONTE, F. F. C. M. **Julgamento social sobre o tráfico de drogas e suas relações com a empatia e valores humanos de adolescentes em conflito com a lei**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva. Recife, 2016.

PAVARINO, M. G., DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. Agressividade e empatia na infância: um estudo correlacional com pré-escolares. **Interação em Psicologia**, 9(2), 2005, 215-225.

PEDERSON, R. Empirical research on empathy in medicine: A critical review. **Patient Education and Counseling**, 76, 307-22, 2009.

PILIAVIN, J. A., DOVIDIO, J. F., GAERTNER, S. L.; CLARK, R. D. **Emergency Intervention**. New York: Academic Press, 1991.

RICHARDSON, D. R., HAMMOCK, G. S., SMITH, S. M., GARDNER, W.; SIGNO, M. Empathy as a cognitive inhibitor of interpersonal aggression. **Aggressive Behavior**, 20(4), 1994, 275-289. doi: 10.1002/1098-2337(1994)20:4%3C275::aid-ab2480200402%3E3.0.co;2-4

RODRIGUES, M. C.; SILVA, R. L. M. Avaliação de um programa de promoção da empatia implementado na educação infantil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 12(1), 2012, 59-75. doi: 10.12957/epp.2012.8304

RODRIGUES, M. C., PERON, N. B., CORNÉLIO, M. M., FRANCO, G. R. Implementação e avaliação de um Programa de Desenvolvimento da Empatia em estudantes de Psicologia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 14(3), 2014, 914-932.

ROSA FILHO, J. S.; SAMPAIO, L. R. **Educação moral e empatia com adolescentes em privação de liberdade**. Trabalho de Conclusão de Curso. Colegiado de Psicologia. Universidade Federal do Vale do São Francisco. Petrolina-PE, 2011.

SAMPAIO, L. R., GUIMARÃES, P. R. B., CAMINO, C. P. S., FORMIGA, N. S.; MENEZES, I. G. Estudos sobre a dimensionalidade da Empatia: Tradução e adaptação do Interpersonal Reactivity Index (IRI). **PSICO**. N.42, v. 1, 2011, 67-76.

SAMPAIO, L. R., MONTE, F. C., CAMINO, P. S. C.; ROAZZI, A. (2008). Justiça Distributiva e Empatia em adolescentes do interior do nordeste brasileiro. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, n. 21, v. 2, 2008, 275-282.

SARDINHA, A., FALCONE, M. R. O.; FERREIRA, M. C. As relações entre satisfação conjugal e habilidades sociais percebidas no cônjuge. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, n. 25, v. 3, 2009, 395-402. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722009000300013>

STRAYER, J. Picture-story indices of empathy. In N. EISENBERG & J. STRAYER (Eds.), **Empathy and its development** (pp. 351-355). New York: Cambridge University Press, 1987.

STRAYER, J.; EISENBERG, N. Empathy viewed in context. In N. EISENBERG; J. STRAYER (Eds.), **Empathy and its development**. (pp. 389-398). New York: Cambridge University Press, 1987.

TEIXEIRA, M. L. **Até quando? O adolescente e o futuro**: nenhum a menos. Conselho Federal de Psicologia: Brasília, 2005.